

EDITAL

TOMADA DE PREÇO Nº 019/2015

A Prefeitura Municipal de Itaporanga, localizada na Praça João Pessoa nº 32 – Centro – na Cidade de Itaporanga, Estado da Paraíba, torna público que por determinação do Sr. Prefeito Municipal e através da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL, constituída pela Portaria nº 440/2015, publicada no Diário Oficial dos Municípios veiculado por intermédio da FAMUP, realizará licitação às **09h00min (horário local) do dia 27 de Maio de 2015**, na Sala de Reunião da CPL localizada na Rua Salomé Pedrosa nº 34 – Centro – na Cidade de Itaporanga, na modalidade **TOMADA DE PREÇO**, sob Regime de Execução de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, do tipo **“MENOR PREÇO”**, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO EM 03 (TRÊS) PRAÇAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA-PB.**

1.0 - DO SUPORTE LEGAL

1.1 - Esta licitação reger-se-á pela Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, e demais legislações pertinentes, que ficam fazendo parte integrante desta **TOMADA DE PREÇO**, independentemente de transcrição.

2.0 - DO OBJETO E VALOR

2.1 – O objeto da licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO EM 03 (TRÊS) PRAÇAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA-PB.** Os serviços deverão ser executados conforme projetos, planilhas, memória de cálculo, composição de custo unitário e normas deste edital.

2.2 – O valor estimado para a execução dos serviços é de **R\$ 424.052,17 (Quatrocentos e Vinte e Quatro Mil, Cinquenta e Dois Reais e Dezessete Centavos).**

3.0 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar da presente licitação as empresas que estejam devidamente cadastradas no CADASTRO DE FORNECEDORES junto à CPL da Prefeitura Municipal de Itaporanga, localizada na Rua Salomé Pedrosa nº 34 – Centro – na Cidade de Itaporanga, devendo os Registros Cadastrais estarem atualizados, ou ainda as que atenderem as condições exigidas para cadastramento até o 3º (Terceiro) dia útil anterior à data do recebimento das propostas, em conformidade com o art. 22, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

- 3.2 – As empresas de Construção Civil, legalmente estabelecidas no país, que atendam as exigências deste edital.
- 3.3 – Satisfaçam todas as exigências estabelecidas neste Edital.
- 3.4 – Não se admitirá consórcio de licitantes.
- 3.5 – Não será permitido que um licitante represente ou faça parte do quadro societário de mais de uma empresa.
- 3.6 – Deverá ser realizada pelo Licitante visita ao local da obra a ser executada, até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a data de recebimento dos envelopes, no horário compreendido pelo expediente normal da Prefeitura Municipal de Itaporanga (das 08:00 às 12:00 horas e de 14:00 às 17:00 h), sob pena de não ser emitido o Atestado de Visita pelo Secretário de Infra-Estrutura do Município.
- 3.6.1 – A visita de que trata este item deverá ser acompanhada, necessariamente, por engenheiro do licitante, cadastrado no CREA, munido, naquele ato, de documento de identidade civil ou profissional, carteira profissional ou contrato de prestação de serviços que demonstrem o vínculo funcional com o Licitante; a visita compreenderá a vistoria do local e cercanias onde serão os serviços executados, para obtenção pela Licitante, para sua própria utilização e por sua exclusiva responsabilidade, de todas as informações necessárias à elaboração de sua respectiva proposta. Todos os custos associados com a visita ao local dos serviços serão da integral responsabilidade dos licitantes.
- 3.7 - O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados, na sala da CPL, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital e poderão ser adquiridos mediante recolhimento de **R\$ 50,00 (cinquenta reais)**, mediante Documento de Arrecadação Municipal - DAM.
- 3.8 - A empresa interessada em participar desta **TOMADA DE PREÇO** apresentará, exclusivamente, os documentos requeridos neste Edital, os quais deverão ser encaminhados nos respectivos envelopes: **01 – HABILITAÇÃO e 02 - PROPOSTA COMERCIAL**, devidamente lacrados, não se considerando quaisquer outros documentos e/ou envelopes não solicitados.
- 3.9 – Instalada a sessão de recebimento das propostas, a interessada, no ato da entrega dos envelopes, deverá comprovar o credenciamento junto à CPL, mediante apresentação do respectivo CRC.
- 3.10 – O licitante interessado poderá ser representada no ato do credenciamento por instrumento procuratório (público ou particular), outorgado pela pessoa jurídica, devidamente acompanhado do documento hábil para identificação (p. exemplo, RG) do mandatário, bem como do respectivo Estatuto ou Contrato Social do outorgante, tudo em original ou cópia autenticada em Cartório ou por outro meio hábil. No caso de ser a licitante representada por sócio da empresa, o credenciamento será

comprovado mediante a simples apresentação do Estatuto ou Contrato Social em vigor, em original ou cópia autenticada.

3.11 – Na hipótese de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, no ato do credenciamento, a empresa deverá apresentar a respectiva Declaração de que a receita bruta anual não excedeu no ano anterior aos limites previstos nos incisos I ou II do Art. 3º da Lei Complementar 123/06, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do mencionado artigo, nos termos dos Anexos 4 ou 5, sob pena de não fazer jus aos benefícios ali previstos.

3.12 - A participação na licitação implica na aceitação integral do ato convocatório, bem como na observância dos regulamentos e normas técnicas aplicáveis.

4.0 - INTERPRETAÇÃO E ESCLARECIMENTOS

4.1 – O licitante deverá examinar todas as instruções, modelos, condições e especificações que integram os documentos do certame, os quais constituem a única fonte de informação para a preparação e apresentação da proposta. O não atendimento a qualquer das condições estabelecidas neste instrumento convocatório importará em inadequação substancial da proposta e a respectiva desclassificação.

4.2 - Qualquer cidadão ou licitante interessado poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o presente edital junto à CPL, no endereço em preâmbulo, desde que o faça por escrito e no prazo de até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação.

5.0 - DO PRAZO PARA EXECUÇÃO

5.1 - O prazo para execução das obras desta **TOMADA DE PREÇO** será de **150 (Cento e Cinquenta)** dias, inclusive mobilização, contados a partir da emissão da ordem de serviço pela Contratante.

5.2 - Os prazos de início, de conclusão e entrega das obras admitem prorrogação, a critério da Prefeitura Municipal de Itaporanga-PB, fundada em conveniência administrativa, e desde que ocorra algum dos motivos a seguir:

5.2.1 - Paralisações por motivo de força maior ou casos fortuitos.

5.2.1.1 - Definem-se como circunstâncias de força maior, acontecimentos imprevistos tais como: greve, atos de sabotagem, guerras, bloqueios, tumultos, comoções públicas, epidemias, terremotos, tempestades, inundações, explosões e quaisquer outras ocorrências similares ou equivalentes, que fiquem além do controle de qualquer das partes.

5.2.2 - Alteração do projeto e/ou especificações técnicas pela Prefeitura Municipal de Itaporanga-PB.



5.2.3 - Aumento ou diminuição dos serviços, previstos na planilha de quantitativos, devendo a prorrogação ou antecipação do prazo ser proporcional à variação dos serviços.

5.2.4 - Superveniência de fato excepcional e imprevisível, inclusive ocorrência de chuvas fortes, que altere fundamentalmente as condições de execução.

5.2.5 - Impedimento da execução do contrato, por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Prefeitura Municipal de Itaporanga-PB, em documento contemporâneo à sua ocorrência.

5.3 - Toda alteração de prazo deverá ser requerida e justificada por escrito e, previamente, autorizada pela Prefeitura Municipal de Itaporanga-PB.

6.0 - DA DOTAÇÃO

6.1 - Os recursos para fazer face às despesas de execução dos serviços, correrão por conta da seguinte dotação:

PROGRAMA N° 1078 – CONSTRUÇÃO, RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PRAÇAS, PASSARELAS, PARQUES E JARDIM.

ELEMENTO DE DESPESA N° 44.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES

7.0 - DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E DAS PROPOSTAS

7.1 - Os documentos e as propostas deverão estar organizados em papel tamanho A4, acondicionados em dois envelopes lacrados: **ENVELOPE 1 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E ENVELOPE 2 - PROPOSTA COMERCIAL.**

7.1.1 – O licitante deverá apresentar qualificação completa da empresa e do representante legal, bem como: telefones, fax, e-mail e quaisquer outras informações que facilitem a comunicação com a Prefeitura Municipal de Itaporanga.

7.1.2 - A documentação exigida para habilitação deverá ser apresentada em fotocópias, regularmente autenticadas em Cartório ou pelos meios legais admitidos, sujeitando-se, ainda, a Licitante a apresentar os respectivos originais, a qualquer tempo, por solicitação da CPL.

7.2 - HABILITAÇÃO

7.2.1 - A habilitação far-se-á mediante a apresentação dos documentos relacionados abaixo, apresentados em via original ou mediante cópia autenticada, legível, devidamente encadernados, de preferência na mesma ordem de citação deste edital, em folhas numeradas e rubricados pelo representante legal do Licitante

(ou seu procurador), sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em envelope lacrado, contendo em destaque o seguinte:

NOME DA PROPONENTE COM CNPJ
PM ITAPORANGA-PB – TOMADA DE PREÇO Nº 019/2015
ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO

7.2.2 – QUALIFICAÇÃO JURÍDICA E REGULARIDADE FISCAL

7.2.2.1 - Ato Constitutivo do licitante (Estatuto ou Contrato Social) e última alteração em vigor, se for o caso, devidamente consolidado, registrado, em se tratando de sociedades comerciais. No caso de sociedades por ações, o estatuto deverá vir acompanhado de ata de eleição e posse dos respectivos administradores, mediante cópia autenticada ou publicada em órgão oficial de imprensa. No caso de sociedades civis, prova de inscrição do ato constitutivo em Cartório, acompanhada de prova da eleição e posse da Diretoria em exercício.

7.2.2.2 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.2.2.3 – Ficha de Inscrição no CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

7.2.2.4 - Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União.

7.2.2.5 - Certidão Negativa de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros.

7.2.2.6 - Certificado de Regularidade do FGTS – CRF.

7.2.2.7 - Certidão Negativa de Débito perante Fazenda Estadual.

7.2.2.8 - Certidão Negativa de Débito para com a Fazenda Municipal.

7.2.2.9 – Certidão Negativa de Débitos expedida pela Justiça do Trabalho.

7.2.2.10 – Toda as certidões deverão ser apresentadas em vias emitidas por sistemas informatizados ou mediante cópias regularmente autenticadas.

7.2.3 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.2.3.1 - Para a comprovação da capacidade técnica a licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

7.2.3.1.1 – Certidão de Inscrição ou de registro do Licitante junto ao CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia;

7.2.3.1.2 - Comprovação de que possui em seu quadro permanente, até a data da recepção dos envelopes, ENGENHEIRO CIVIL, regularmente inscrito no CREA e detentor de Atestado(s) de Responsabilidade Técnica (ART) por execução dos



serviços de características similares ao objeto licitado, devendo tais atestados ser emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado na entidade profissional competente.

7.2.3.1.3 - A comprovação de que o(s) profissional(is) responsável técnico pertence(m) ao quadro permanente da empresa licitante, o que se dará, no caso do profissional sócio, através do ato constitutivo da empresa e/ou alterações, e, em se tratando de profissional(ais) empregado(s), mediante cópia da Carteira de Trabalho (CTPS) ou Ficha do Empregado, acompanhado da última guia de recolhimento do FGTS com a relação dos trabalhadores (RE), ou ainda mediante cópia do Contrato de Prestação de Serviços, no caso de profissionais contratados.

7.2.3.1.4 - Para efeito desta TOMADA DE PREÇO serão considerados "serviços de características similares" as que apresentarem: CONSTRUÇÃO de obras ou edificações em valores compatíveis com o do objeto em licitação.

7.2.3.1.5 - Serão admitidos os atestados de obras e/ou serviços de complexidade operacional ou tecnológica equivalente ou superior às parcelas indicadas no item acima, conforme dispõe § 3º do Art. 30 da Lei 8.666/93.

7.2.3.1.6 - Os atestados deverão ser emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado e deverão estar devidamente registrados ou inscritos junto à entidade profissional competente da região onde os serviços foram executados.

7.2.3.1.7 - Indicação do pessoal técnico disponível para a realização do objeto da licitação, bem como a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

7.2.3.1.8 - Atestado de Visita ao local da obra, emitido pela Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Itaporanga-PB, nos termos previstos no item 3.6, c/c o subitem 3.6.1 deste edital.

7.2.3.1.9 – O licitante deverá apresentar declaração de que não possui menores de idade no Quadro da Empresa, bem como declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, conforme o parágrafo 2º do art. 32 da Lei 8.666/93.

7.2.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA:

7.2.4.1 – Cópia de Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis na forma da lei, com assentamento ou registro na Junta Comercial da sede da Empresa Licitante, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, acompanhado de demonstração que indique e comprove a situação financeira do licitante, verificada pelos índices de liquidez corrente (LC), igual ou superior a 1,6 (um vírgula seis), e de endividamento total (ET), igual ou inferior a 0,45 (zero vírgula quarenta e cinco), obtidos mediante a utilização das seguintes fórmulas:



ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO TOTAL

$$ET = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}{\text{ATIVO TOTAL}}$$

7.2.4.2 - Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso a certidão não contenha prazo de validade, somente serão aceitas aquelas cuja data de emissão não excedente de 90 (noventa) dias anteriores à data prevista para apresentação dos envelopes.

7.2.4.3 - As sociedades ou pessoas jurídicas constituídas, recentemente, ainda não sujeitas à apresentação de balanço patrimonial, na forma da lei, deverão demonstrar sua boa situação financeira através da apresentação do Balanço de Abertura, regularmente registrado ou assentado na Junta Comercial, acompanhado de demonstrativos dos índices financeiros, na forma prevista no item 7.2.4.1 precedente.

7.2.4.4 - O Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis e Demonstrativos dos Índices econômicos e financeiros exigidos deverão estar assinados pelo representante legal da empresa licitante e por Contador, regularmente inscrito no CRC, devidamente comprovada tal inscrição.

7.2.4.5 – Na hipótese de ser o(a) licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, deverá este apresentar Certidão Simplificada da Junta Comercial.

7.2.4.6 – O Licitante deverá apresentar, ainda, relação dos contratos e outros compromissos com obras e/ou serviços que importem diminuição de sua capacidade operacional (art. 31, § 4º, da lei nº 8.666) ou absorção de sua disponibilidade financeira, apresentando o valor total de cada contrato e percentual executado.

7.2.4.7 – Se o licitante não tiver compromissos na forma do tem anterior, deverá apresentar Declaração neste sentido.



7.2.4.8 – A licitante deverá prestar garantia de proposta no valor de R\$ 4.240,52 (Quatro Mil, Duzentos e Quarenta Reais e Cinquenta e Dois Centavos), em uma das modalidades abaixo, nos termos da Lei 8.666/93 e alterações posteriores;

- a) Caução em dinheiro ou em Título da Dívida Pública;
- b) Seguro – Garantia;
- c) Fiança Bancária.

7.2.4.8.1 – As garantias de proposta realizada em dinheiro (Caução em Dinheiro) deverá ser feita na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Itaporanga-PB, antes da hora prevista para recebimentos dos envelopes, devendo o comprovante de depósito integrar a documentação de habilitação e quando prestadas através de: Seguro-Garantia, Fiança Bancária ou Título da Dívida Pública poderão ser apresentadas juntamente com a documentação de habilitação.

7.2.4.8.2 – A caução de garantia de participação, quando em seguro-garantia ou fiança bancária, deverá ter prazo de validade de **90 (noventa) dias**, além da validade da proposta.

7.2.4.8.3 – Somente serão aceitos Títulos da Dívida Pública como caução de garantia de participação se referidos títulos tiverem sua validade atestada pela Delegacia da Receita Federal ou pelo Banco Central do Brasil e tenham sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

7.2.4.8.4 – A caução realizada em dinheiro ou em título da dívida pública somente serão devolvidas aos licitantes no prazo de até 30 dias depois do julgamento das propostas.

8.0 - DA PROPOSTA COMERCIAL

8.1 - A documentação abaixo relacionada integrará a Proposta Comercial, e deverá ser apresentada em uma única via, em PAPEL tamanho A4, no **envelope nº 2** antes referido, devidamente lacrado, devendo o conteúdo estar encadernado e enumerado. No anverso do envelope deverá conter a denominação do concorrente e em destaque, com a seguinte referência:

NOME DA PROPONENTE COM CNPJ
PM ITAPORANGA-PB – TOMADA DE PREÇO Nº 019/2015
ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA COMERCIAL



8.1.1 - **PROPOSTA**, elaborada em papel timbrado da Licitante, contendo o valor global dos serviços em R\$ (reais) apresentado em algarismo e por extenso, sem rasuras, emendas ou entrelinhas e prazo de execução da obra, contendo ainda a qualificação do licitante e prazo de validade nunca inferior a 60 (sessenta) dias.

8.1.2 - **QUADRO DE QUANTITATIVOS E PREÇOS**, elaborado em papel próprio do licitante, contendo para cada item ou sub-item, o preço unitário composto e o total proposto, calculado pela multiplicação do preço unitário proposto pelas respectivas quantidades, para se obter o total do item ou sub-item. Finalmente somam-se os totais para determinar o valor global da proposta, em R\$ (reais) correspondente à data da apresentação.

8.1.3 - **CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**, demonstrando sua exeqüibilidade na forma a seguir:

- a) Pelo sistema de barras, a evolução física da execução de cada item e/ou sub-item de serviços.
- b) Percentagens entre o valor global de cada item e o valor correspondente ao período de execução do item, compatibilizados com o cronograma-físico;
- c) Valores mensais do faturamento previsto;
- d) Valores acumulados do faturamento previsto, ao longo da execução da obra.

8.1.4 – QUADRO DEMONSTRATIVO DE B.D.I.

8.1.4.1 O licitante deverá apresentar o Quadro Demonstrativo de BDI detalhando a composição do percentual adotado, incidentes nos preços unitários propostos, inclusive com a discriminação das seguintes parcelas: **BONIFICAÇÃO (lucro operacional ou tributário); ADMINISTRAÇÃO CENTRAL; RISCOS; DESPESAS FINANCEIRAS; DESPESAS TRIBUTÁRIAS (PIS, COFINS, ISS e TPDP).**

8.1.5 – QUADRO DEMONSTRATIVO DE ENCARGOS SOCIAIS

8.1.5.1 - O Quadro demonstrativo de Encargos Sociais será apresentado detalhando a composição do percentual adotado, incidentes sobre o valor da mão de obra considerada nos preços unitários propostos.

8.1.6 – COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

8.1.6.1 – O licitante deverá apresentar a Composição de Preços Unitários, que será analisada quando os preços ofertados estiverem em desacordo com os preços da planilha da Prefeitura Municipal de Itaporanga-PB, sendo desclassificadas aquelas propostas, cuja proponente não demonstre a respectiva viabilidade, através da composição de preços, que justifiquem estarem os mesmos coerentes com os de

mercado, e onde os coeficientes de produtividade sejam compatíveis com a execução do contrato.

8.1.7 - Os documentos referentes aos subitens 8.1.3, 8.1.4, 8.1.5 e 8.1.6 deverão ser apresentados, contendo o nome do licitante, identificação do signatário, com menção explícita do respectivo título profissional, com o número da carteira profissional (quando for o caso) e assinatura do Responsável Técnico da Empresa, nos termos da Lei Federal nº 5.194 de 24/12/66.

8.2 - DA DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.2.1 - Serão desclassificadas as propostas que não satisfaçam às exigências do edital, bem como:

8.2.2 – Aquelas propostas com **valor global e/ou unitários superiores** aos valores orçados pela Prefeitura Municipal de Itaporanga-PB, ou com preços unitários ou totais de valor zero ou, ainda, as manifestamente inexequíveis, comprovadas pela análise da composição de custos ou aqueles nitidamente majorados.

8.2.3 - Consideram-se manifestamente inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (Setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (Cinquenta por cento) do orçamento básico da Prefeitura Municipal de Itaporanga-PB; ou

b) Valor orçado pela Prefeitura Municipal de Itaporanga-PB.

8.2.4 - Dos licitantes classificados na forma do item anterior, cujo valor global da proposta seja inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas "a" e "b", será exigida, para a assinatura do respectivo contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas neste edital, igual a diferença entre o valor resultante do item anterior e o valor da proposta apresentada.

8.2.5 - De igual modo, serão desclassificadas as propostas que não apresentarem cotação de preços unitários para todos os itens da planilha de quantidades fornecida por este Órgão.

9.0 - DA ORDEM DOS TRABALHOS

9.1- No dia, local e previstos no preâmbulo deste Edital, será instalada a sessão para credencial e recebimento dos envelopes de **HABILITAÇÃO e PROPOSTA COMERCIAL**, bem assim dos respectivos julgamentos, caso sejam possíveis na mesma data, a critério do Presidente da CPL.

9.2 - Serão convidadas as empresas para entrega dos envelopes, oportunidade em que deverá ser comprovado o credenciamento.

9.3 - Para abertura dos trabalhos, a Comissão poderá conceder uma tolerância de 15 (quinze) minutos, após o horário fixado neste Edital, ficando, no entanto, dilatado este prazo, desde que seja caracterizado o interesse da Administração.

9.4 - Recebidos os envelopes de Habilitação e Proposta Comercial, a Comissão procederá à abertura dos envelopes nº 01 (Habilitação), analisará e rubricará os elementos neles contidos e em seguida colocará à disposição dos licitantes para análise e rubrica. Se a Comissão assim preferir poderá propagar o resultado da habilitação em nova sessão, que poderá ficar desde logo determinada ou anunciada aos interessados mediante publicação no órgão oficial de imprensa do município.

9.5 - Após análise dos documentos e se todos os licitantes estiverem presentes, o presidente da CPL proferirá, na mesma sessão, o julgamento da fase de habilitação. Ocorrendo a renúncia expressa ao direito de interpor recurso, será dado prosseguimento ao certame com a abertura dos envelopes de nº 02 (PROPOSTA COMERCIAL).

9.6 - A CPL somente procederá a abertura dos envelopes nº 02 dos licitantes confirmados habilitados, após o transcurso do prazo recursal ou havendo desistência expressa do direito de interpor recurso, devidamente consignada em ATA, devolvendo aos licitantes inabilitados os respectivos envelopes de Proposta Comercial, devidamente fechados.

9.7 - No dia, hora e local fixados em ata quando do julgamento da **HABILITAÇÃO**, reunir-se-á a CPL e licitantes para proceder a abertura do envelope nº 02 - **PROPOSTA COMERCIAL**.

9.8 - Abertos os envelopes pertinentes a Proposta Comercial, a Comissão concederá vistas de todos os documentos neles contidos para assinaturas ou rubricas pelos representantes das licitantes presentes e pelos membros da CPL.

9.9 - Ultrapassada a fase de habilitação dos concorrentes e aberta as propostas, não cabe desclassificá-los por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.10 - Para obtenção do resultado final da licitação, a Comissão levará em conta os preços globais apresentados em conformidade com os requisitos deste Edital, com os preços correntes no mercado, promovendo-se a desclassificação das propostas que tenham preços excessivos ou inexequíveis, de modo a não comprometer a garantia da futura execução da obra, conforme determina a Lei.

10.0 - DO JULGAMENTO

10.1 - As propostas consideradas adequadas aos termos do edital serão verificadas pela Comissão de Licitação quanto a erros aritméticos, na sua multiplicação ou em somatório e serão corrigidas da seguinte maneira:

a) Existindo discrepância entre o preço unitário e o valor total, resultado da multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá e será corrigido o valor total.

b) Nos casos em que houver uma discrepância entre o valor da soma de parcelas indicado na planilha e o valor somado pela Comissão, prevalecerá o valor corrigido.

c) Depois de corrigidas as propostas e havendo alteração nos valores globais, prevalecerá o valor corrigido.

10.1.2 - A Comissão em seguida classificará as propostas indicando a mais vantajosa para a Prefeitura Municipal de Itaporanga-PB, assim considerada a que ofertar **menor preço global**, resultado do somatório dos valores totais, obtidos pelo produto das quantidades pelo respectivo preço unitário proposto, correspondente à data da apresentação da proposta, e análise detalhada das Composições de Custos pelo setor competente deste órgão, quando solicitada.

10.2 - Na hipótese da ocorrência de empate, o vencedor será dado a conhecer por sorteio em sessão pública.

10.2.1 – Quando houver a participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte, o desempate ocorrerá na forma prevista no artigo 44 e seguintes da Lei Complementar 123/2006 de 14 de dezembro de 2006. Nesta hipótese, a microempresa e/ou empresa de pequeno porte deverá apresentar no prazo de 48 horas a nova planilha com as respectivas composições de custos.

10.3 – Após o julgamento da fase de classificação das propostas, dar-se-á conhecimento aos licitantes, para manifestação, querendo.

10.4 - Caso o representante da licitante venha a desistir do direito a recurso, essa desistência será apresentada por escrito ou consignada em ata circunstanciada, obrigatoriamente assinada pelo mesmo representante.

11.0 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1 - Dos atos decorrentes do procedimento licitatório, caberão recursos nos termos do art. 109 da Lei 8.666, de 21/06/93 (e alterações posteriores).

12.0 - DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

12.1 – Encerrada a fase de julgamento do certame, o objeto da licitação será adjudicado ao primeiro licitante classificado e o processo encaminhado à Autoridade Superior competente, que concordando com o relatório, homologará a licitação.

12.2 - A Licitante vencedora será notificada para no prazo de até 08 (oito) dias contados da assinatura do Contrato, fazer prova de haver prestado a Caução de Execução, no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor global da

proposta, sendo esta efetuada perante a Tesouraria da PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB.

12.3 – A Garantia de Execução feita sob a modalidade de Título da Dívida Pública, só será considerada válida se comprovados pelo Proprietário a liquidez, validade e o registro do Título junto ao Banco Central, Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal.

12.4 - Caso a licitante vencedora não atenda ao que preconiza o item 12.2, serão convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para que, querendo, se submetam à assinatura do respectivo contrato, nas mesmas condições da proposta vencedora, ficando a licitante vencedora sujeita a aplicação das penalidades previstas no item 22 deste edital, sem prejuízo das demais cominações legais.

12.5 - A Caução de Execução de que trata o item 12.2 responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais, por multas que venham a ser impostas, ressarcimentos de despesas efetuadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB para pelos reparos de serviços de obrigação da contratada.

13.0 - DO CONTRATO E FORO

13.1 - Este Edital, o projeto, especificações técnicas, propostas, atas das reuniões, relatórios de julgamentos e normas da PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB, farão parte integrante do contrato independente de transcrição.

13.2 - O valor contratual será o valor da proposta vencedora, após as devidas correções pela CPL.

13.3 - O foro da Cidade e Comarca de Itaporanga (PB) será o competente para dirimir as questões oriundas desta licitação.

14.0 – DA GARANTIA DO CONTRATO

14.1 - A CONTRATADA, em até 08 (oito) dias, contados da assinatura do Contrato, recolherá perante a Tesouraria da PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB uma caução de execução correspondente a 1% (um por cento) do valor global da proposta que poderá ser feita em dinheiro, Título da Dívida Pública Federal ou do Estado da Paraíba ou Fiança Bancária, ou Seguro Garantia.

14.2 - No caso de acréscimo, a CONTRATADA se obriga a fazer um reforço da caução de execução correspondente a 3% (três por cento) do valor acrescido obedecendo ao estabelecido neste Edital.

14.3 – A Garantia de Execução, feita sob a modalidade de Títulos da Dívida Pública, somente poderá ser aceita se comprovada pelo proprietário a prova dos títulos,



quanto à liquidez, validade e registro junto ao Banco Central ou Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal.

14.4 - A Caução de execução de que trata o item primeiro, desta Cláusula, responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais, por multa que venham a ser impostas à CONTRATADA, e ressarcimento de despesas efetuadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB para reparos de qualquer serviço de obrigação da CONTRATADA.

14.5 – A Garantia de Execução prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a execução do Contrato e, quando em dinheiro, não será incluída atualização monetária.

15 – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

15.1 - O Contrato poderá ser alterado nos seguintes casos:

15.1.1 – Unilateralmente, pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB:

- a) Quando houver modificação do projeto e/ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.
- b) Quando houver modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos em Lei.

15.1.2 - Por acordo entre as partes:

- a) Quando for conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) Quando for necessária a modificação do regime de execução, em face de verificação de motivos técnicos e inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) Quando for necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação e pagamento, com relação ao cronograma físico-financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução dos serviços;
- d) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da contratada e a retribuição da PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB, para justa remuneração da obra e serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

15.2 - A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, de acordo com o Parágrafo Primeiro do Artigo 65 da Lei nº 8.666, de 21.06.93.



15.3 – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos pelo inciso 1º do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes.

15.4 - No caso de supressão de obras ou serviços, se a contratada já houver adquirido os materiais e posto no local de trabalho, os mesmos deverão ser pagos pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB, pelo preço de aquisição, regularmente comprovado e monetariamente corrigido, desde que seja de qualidade comprovada e aceitos pela fiscalização, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

15.5 – Quaisquer tributos ou encargos legais, quando ocorridos, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposição legal, quando ocorridos após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste para mais ou para menos, conforme o caso.

15.6 – Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

16.0 - DAS MEDIÇÕES E DOS PAGAMENTOS

16.1 - Os quantitativos de serviços efetivamente executados pela firma e aceitos pela fiscalização da PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB, serão objeto de lançamento no Boletim de Medição, que após conferido, será assinado pelo Engenheiro Fiscal da Prefeitura e pelo Engenheiro Responsável Técnico da contratada.

16.2 - As medições serão mensais com intervalos nunca inferior a 30 (trinta) dias, excetuando-se as medições inicial e final. Os Boletins de Medições deverão ser realizados entre os dias 25 e 30 de cada mês, sendo os pagamentos efetuados através de crédito em conta corrente, mediante AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO - AP, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do adimplemento de cada parcela.

16.3 - Ao requerer o pagamento da primeira medição, a CONTRATADA deverá anexar ao seu requerimento, o comprovante de que o contrato teve sua Anotação de Responsabilidade Técnica - ART efetuada no CREA-PB, nos termos da Resolução nº 425, de 18.12.98, do CONFEA, sob pena do não recebimento da medição requerida. Igualmente deverá ser apresentado o CEI - Cadastro Específico do INSS para a obra objeto desta licitação e o C.M.A.- Certificado de Matrícula e Alteração, com indicação do número do contrato correspondente.

16.4 - No ato do pagamento de cada medição, a CONTRATADA fica obrigada a apresentar cópia autenticada da Folha de Pagamento de Pessoal e respectiva Guia



de Recolhimento Prévio, devidamente quitada das contribuições Previdenciárias, incidentes sobre a remuneração dos segurados e do F.G.T.S., correspondente aos serviços executados, na forma prevista na Lei nº 8.212/91, alterada pela Lei nº 9.711 – e IN INSS/DC nº 69 e 71/2002, e regulamentos instituídos pelo Regime Geral de Previdência Social- RGPS.

16.5 – Será descontado também quando do pagamento de cada medição o percentual de 11% (onze por cento) referente ao INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social e 5% (cinco por cento) referente ao ISS – Imposto Sobre Serviços sobre o valor da fatura, referente apenas ao serviço (mão de obra).

16.6 – Fica a CONTRATADA também obrigada a apresentar, no encerramento do CONTRATO, quando da expedição do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO da obra, a correspondente Certidão Negativa de Débitos - CND.

17.0 - DO REAJUSTAMENTO

17.1 - Os valores da proposta não serão reajustados, exceto para os casos previstos em Lei. Na hipótese de reajustamento, seja para mais ou para menos, conforme a variação do Índice Nacional de Custo da Construção Civil, da coluna 35, da Fundação Getúlio Vargas, publicada na revista Conjuntura Econômica, será utilizada a seguinte fórmula:

$$R = V \times \frac{I - I_0}{I_0} = \text{onde:}$$

R - Valor do reajustamento calculado;

V - Valor contratual das obras ou serviços a serem reajustados;

I - Índice (INCCC) da coluna 35 da FGV, correspondente ao mês de aniversário do orçamento básico;

I₀ - Índice (INCCC) da coluna 35 da FGV, correspondente ao mês de referência do orçamento básico.

18.0 - DOS SERVIÇOS NÃO PREVISTOS NO CONTRATO

18.1 - A execução dos serviços não previstos será regulada pelas mesmas condições do contrato resultante da licitação.

19.0 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1 - Constituem obrigações da contratada:

a) Executar com perícia os serviços contratados, obedecendo aos projetos, especificações técnicas, instruções adotadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB e determinações por escrito da fiscalização;



- b) Assegurar durante a execução das obras, a proteção e conservação dos serviços executados, bem como, fazer a sinalização e manter a vigilância necessária à segurança de pessoas e dos bens móveis e imóveis;
- c) Executar imediatamente os reparos que se fizerem necessários aos serviços de sua responsabilidade ou pagar os custos destes serviços, devidamente atualizados, se a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB os fizer, independentemente das penalidades cabíveis;
- d) Adquirir e manter permanentemente no escritório das obras, um LIVRO DE OCORRÊNCIAS, autenticado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB, no qual a Fiscalização e a CONTRATADA anotarão todas e quaisquer ocorrências que mereçam registro, devendo ser entregue à PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB, quando da medição final e entrega das obras;
- e) Retirar das obras qualquer pessoa julgada inconveniente pela Fiscalização;
- f) Fica obrigado o Responsável Técnico da empresa fazer, pelo menos, uma visita semanal à obra, fato este que deverá ser registrado no Livro de Ocorrência, devidamente assinado pelo mesmo e pelo Fiscal da obra, por ocasião da visita.
- g) Manter durante a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas todas as condições de habilitação exigidas na licitação.
- h) Manter à frente dos serviços, pessoal habilitado, obedecendo as normas de segurança do trabalho, bem como todos os equipamentos necessários a execução dos serviços;
- i) Permitir ou facilitar a fiscalização, inspeção ao local das obras, em qualquer dia e hora, devendo prestar todos os esclarecimentos solicitados;
- j) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- l) Responder pelos danos causados diretamente à PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou de dolo na execução do contrato;
- m) Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou qualquer outro não previsto neste EDITAL, resultante da execução do contrato;

20.0 - DA PARALISAÇÃO DOS SERVIÇOS

20.1 - A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB por conveniência administrativa ou técnica, se reserva o direito de paralisar, a qualquer tempo, a



execução dos serviços, cientificando devidamente a CONTRATADA, por escrito de tal decisão.

20.2 - Se a CONTRATADA, por motivo de força maior, definido neste edital, for impedida de cumprir, total ou parcialmente o contrato, deverá comunicar imediatamente por escrito à PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB.

20.3 - Caso as paralisações referidas nos itens anteriores, ocorram uma ou mais vezes e perdurem por 10 (dez) dias ou mais, a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB poderá suspender o contrato, pelo período necessário à solução do impasse, cessando nesse período às obrigações da CONTRATADA, excetuando-se ao estabelecido no item 18.1.

20.4 - Se a suspensão injustificada do contrato perdurar por 30 (trinta) dias, qualquer das partes poderá solicitar a rescisão do Contrato.

21.0 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

21.1 - O Contrato poderá ser rescindido amigavelmente, a critério da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB**, mediante acordo das partes, por razões de ordem administrativa;

21.2 - A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB** poderá rescindir unilateralmente o Contrato de pleno direito, independentemente de qualquer interposição judicial ou extrajudicial e do pagamento de qualquer indenização pelos seguintes motivos:

- a) o não cumprimento, o cumprimento irregular ou lento, das cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos estabelecidos;
- b) o atraso injustificado no início da obra;
- c) a paralisação da obra, sem justa causa e prévia comunicação à **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB**;
- d) a sub-contratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação;
- e) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- f) o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/93;
- g) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;



- h) a dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- i) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- j) razões de interesse público, na forma prevista na Lei 8.666/93.

21.3 - Decretada a rescisão contratual, pelos motivos delineados no sub-item 21.2 do edital, a CONTRATADA além da perda da caução de execução em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB, ficará sujeita a aplicação das sanções previstas neste edital, sem prejuízo das demais cominações legais, com exceção do caso previsto no item 21.2, letra "j", deste Edital.

21.4 - Pelo não cumprimento das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos, acarretarão a **CONTRATADA**, as seguintes conseqüências, sem prejuízo de quaisquer sanções previstas:

- a) suspensão imediata pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB**, dos trabalhos no estado em que se encontram;
- b) Execução de garantia contratual, para ressarcimento dos prejuízos causados à **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB**;
- c) Retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB** e não cobertos pela garantia contratual.

22.0 - DAS PENALIDADES

22.1 – Diante da recusa injusta da licitante ou **CONTRATADA** em cumprir as obrigações legais assumidas serão aplicadas as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 1% (um por cento) sobre o valor da proposta;
- c) Suspensão temporária da participação em licitação e/ou impedimento de contratar com a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB**, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, emitida pela Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Itaporanga-PB, enquanto perdurarem os motivos da punição.
- e) Por atraso na conclusão das diversas etapas de serviços fixadas no cronograma físico, será aplicada multa diária na etapa que apresentar maior atraso, calculada pela fórmula a seguir:



$M = V / (100.P)$ onde:

M = Multa em Reais

V = Valor da etapa, na época da infração, em Reais

P = Prazo da etapa em meses

f) A conclusão de uma ou mais etapas, antes do prazo previsto no cronograma, não isentará a contratada da multa por atraso em outras.

22.0 - DO RECEBIMENTO DAS OBRAS E SERVIÇOS

22.1 - Após a conclusão dos serviços, a CONTRATADA mediante requerimento ao Gestor da PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB, poderá solicitar o recebimento dos mesmos.

22.2 - Os serviços concluídos, poderão ser recebidos PROVISORIAMENTE, a critério da PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização da obra, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado.

22.3 - Para o recebimento DEFINITIVO dos serviços, o gestor designará comissão composta, no mínimo, de 03 (três) técnicos, que vistoriará os serviços e emitirá TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO CIRCUNSTANCIADO, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

22.4. – A CONTRATADA deverá apresentar o Projeto como construído (As Built), utilizando as especificações do SINAPI (ou similar) para a elaboração do referido projeto, bem como o Manual de Manutenção e Conservação da Obra, sendo estas exigências indispensáveis para a efetiva emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

22.5 - O TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO das obras e serviços, não isenta a CONTRATADA das responsabilidades estabelecidas pelo Código Civil Brasileiro.

22.6 - Após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, a garantia prestada pela CONTRATADA será liberada e, se em dinheiro, na forma prevista neste edital.

23.0 - DAS CONDIÇÕES GERAIS

23.1 - A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pelos danos causados a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB, ou a terceiros, por si ou por seus representantes, na execução dos serviços contratados, isentando a PREFEITURA



MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB de todas e quaisquer reclamações que possam surgir, decorrentes de acidentes, mortes, perdas ou destruições.

23.2 - Nos preços unitários propostos, deverão estar incluídos todos os custos de materiais, transportes, cargas, descargas, sinalização, mão de obra, tributos, leis sociais, lucros e quaisquer outros encargos que indicam sobre os serviços previstos, ou não, neste Edital. Deverá estar incluso nos preços unitários, qualquer incidência no custo da mão de obra em decorrência do prazo de entrega da obra.

23.3 - Quaisquer instruções, alterações e demais providências que a fiscalização julgar necessárias para melhor desempenho da firma e andamento das obras, deverá ser registrada no Livro de Ocorrência, não cabendo à CONTRATADA nenhuma reclamação decorrente de entendimentos verbais.

23.4 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.

23.5 - A critério da Comissão Permanente de Licitação, poderão ser relevados erros ou omissões formais, de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas.

23.6 - Os casos omissos neste Edital serão regulados em observância a Lei nº 8.666 de 21/06/93, com modificações posteriores.

Itaporanga-PB, 08 de Maio de 2015.



CHARLES CORCINO DA SILVA
Presidente da CPL

ANEXO 1

**TERMO DE CONTRATO DE EMPREITADA Nº _____
DO TIPO MENOR PREÇO SOB O REGIME DE
EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITAPORANGA-PB E A
SOCIEDADE EMPRESÁRIA _____,
PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS DE
REVITALIZAÇÃO EM 03 (TRÊS) PRAÇAS NA SEDE
DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA-PB.**

Por este instrumento de contrato, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB**, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº _____ com sede na _____, na cidade de Itaporanga, Estado da Paraíba, neste ato representado por seu prefeito, _____, designado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº _____, com sede _____, nº _____, na cidade de _____, estado _____, representada por _____, inscrito no CPF sob o nº _____ e portador da Carteira de Identidade nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, considerando haver sido proclamada vencedora da Licitação objeto do **EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 019/2015**, devidamente homologada pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB**, decidem celebrar o presente contrato, o qual será regido pelas cláusulas e condições que mutuamente acordam e aceitam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Fundamento Legal do Contrato

Este contrato decorre da licitação objeto da Tomada de Preço nº 019/2015, processada com fulcro nas disposições da Lei de Licitação nº 8.666, de 21/06/93, e demais disposições legais pertinentes, que ficam fazendo parte integrante deste contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - Objeto do Contrato

O presente contrato tem por objetivo a **EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO EM 03 (TRÊS) PRAÇAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA-PB**. Ditos serviços deverão ser executados de acordo com as condições e cláusulas expressas neste instrumento, especificações técnicas, proposta, cronograma físico-financeiro, projetos e instruções da **PREFEITURA**



MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB, do Edital de TOMADA DE PREÇO Nº 019/2015, documentos esses que passarão a integrar o presente contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Preço, Valor e Pagamento

1 – DO PREÇO: Os preços a serem aplicados para execução das obras e serviços objeto deste Contrato serão unitários, especificados na PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CUSTO da PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB, nos termos da proposta apresentada e aprovada, que passará a integrar este Contrato, independentemente de transcrição. Fica expressamente estabelecido que os preços referidos deverão incluir todos os custos diretos e indiretos requeridos para execução das obras e quaisquer encargos que possam incidir nas obras e serviços a execução.

2 – DO VALOR: O valor deste Contrato, à base dos preços propostos e aprovados é de R\$ _____ (_____).

3 – DO PAGAMENTO: O pagamento dos serviços será efetuado através de crédito em conta corrente, mediante Autorização de Pagamento (AP), no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do adimplemento de cada parcela, mediante processo regular com base nas medições realizadas e aceitas pela Fiscalização, lançadas em Boletim de Medição, que após conferido será assinado pelo Engenheiro Fiscal da Prefeitura e pelo responsável da CONTRATADA. As medições serão mensais, com intervalos nunca inferior a 30 (trinta) dias, excetuando-se as medições inicial e final, devendo ser realizadas entre os dias 25 e 30 de cada mês.

3.1 - O pagamento da 1ª medição só deverá ser efetivado quando da comprovação, pela CONTRATADA, da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, sobre a execução da obra junto ao CREA/PB, nos termos da resolução nº 425, de 18.12.98, do CONFEA, sob pena do não recebimento da medição requerida. Igualmente deverá ser apresentado o CEI – Cadastro Específico do INSS e o CMA - Certificado de Matrícula e Alteração para obra objeto desta licitação, com indicação do número do contrato correspondente.

4 - No ato do pagamento de cada medição, a CONTRATADA fica obrigada a apresentar cópia autenticada da Folha de Pagamento de Pessoal e respectiva Guia de Recolhimento Prévio devidamente quitada das contribuições previdenciárias, incidentes sobre a remuneração dos segurados e do F.G.T.S., correspondente aos serviços executados, na forma prevista na Lei nº 8.212/91, alterada pela Lei nº 9.711 – IN INSS/DC nº 69 e 71/2002, e regulamentos instituídos pelo Regime Geral de Previdência Social- RGPS.



5 – Será descontado também quando do pagamento de cada medição o percentual de 11% (onze por cento) referente ao INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social e 3% (três por cento) referente ao ISS – Imposto Sobre Serviços sobre o valor da fatura, referente apenas ao serviço de mão de obra, equivalente a 40% (quarenta por cento) do valor total da Nota Fiscal de Serviços.

6 – Fica a CONTRATADA também obrigada a apresentar, no encerramento do CONTRATO, quando da expedição do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO dos serviços, a Certidão Negativa de Débitos - CND correspondente.

CLÁUSULA QUARTA - Dos Serviços não Previstos no Contrato

1 - Os preços unitários para execução de novos serviços surgidos quando da execução, serão propostos pela **CONTRATADA** e submetidos à apreciação do **CONTRATANTE**.

2 - A execução dos serviços não previstos será regulada pelas mesmas condições estabelecidas no Contrato, ficando a execução condicionada a assinatura do Termo Aditivo no qual figurarão os novos preços e prazos ajustados.

CLÁUSULA QUINTA - Das Cauções

1 - A **CONTRATADA**, em até 08 (oito) dias contados da assinatura do Contrato, recolherá à Tesouraria da PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB uma caução de execução correspondente a 1% (um por cento) do valor global da proposta, que poderá ser feita em dinheiro, Título da Dívida Pública Federal, Fiança Bancária ou Seguro Garantia.

2 - No caso de acréscimos ao valor do contrato, a **CONTRATADA** se obriga a fazer um reforço da caução de execução correspondente a 3% (três por cento) do valor acrescido, obedecidas as condições estabelecidas no Edital.

3 – A Garantia de Execução, feita sob a modalidade de Títulos da Dívida Pública, só será considerada aceita se comprovada pelo respectivo proprietário a condição de liquidez, validade e registro do título junto ao Banco Central ou Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal.

4 - A Caução de execução de que trata o item primeiro desta Cláusula responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais, por multa que venham a ser impostas à **CONTRATADA**, bem como pelo ressarcimento de despesas efetuadas pelo **CONTRATANTE** na realização de reparos de qualquer dos serviços de obrigação da **CONTRATADA**.

5 – A Garantia de Execução prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a execução do Contrato e, quando em dinheiro, nas condições previstas no edital.



CLÁUSULA SEXTA - Da Alteração Contratual

O Contrato poderá ser alterado nos seguintes casos:

1 – Unilateralmente, pelo CONTRATANTE:

a) Quando houver modificação do projeto e/ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando houver modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos em Lei.

2 - Por acordo entre as partes:

a) Quando for conveniente a substituição da garantia de execução;

b) Quando for necessária a modificação do regime de execução, em face de verificação de motivos técnicos e inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) Quando for necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantida o valor inicial atualizado, vedada a antecipação e pagamento, com relação ao cronograma físico-financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução dos serviços;

d) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da contratada e a retribuição da PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB, para justa remuneração da obra e serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico financeiro do contrato.

3 - A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, de acordo com o Parágrafo Primeiro do Artigo 65 da Lei nº 8.666, de 21.06.93.

4 – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos pelo inciso 1º do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes.

5 - No caso de supressão de obras ou serviços, se a contratada já houver adquirido os materiais e posto no local de trabalho, os mesmos deverão ser pagos pelo CONTRATANTE, pelo preço de aquisição, regulamente comprovado e monetariamente corrigido, desde que seja de qualidade comprovada e aceitos pela fiscalização.

6 – Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA SÉTIMA - Dos Prazos

1 - O prazo para execução das obras será de **150 (Cento e Cinquenta)** dias, inclusive mobilização, contados a partir da emissão da ordem de serviço pelo CONTRATANTE.

1.1 - O não cumprimento dos prazos aqui previstos, acarretará na aplicação das penalidades determinadas na Cláusula Décima Segunda do presente instrumento.

2 - Os prazos de início de conclusão e entrega das obras admitem alterações a critério do CONTRATANTE, fundada em conveniência administrativa, mantida as demais Cláusulas do Contrato e desde que ocorra algum dos seguintes motivos:

2.1 - Paralisações por motivo de força maior ou casos fortuitos.

2.1.1 - Define-se como circunstâncias de força maior, acontecimentos imprevistos, tais como: greve, atos de sabotagem, guerras, bloqueios, tumultos, comoções públicas, epidemias, terremotos, tempestades, inundações, explosões e quaisquer outras ocorrências similares ou equivalentes, que fiquem além do controle de qualquer das partes.

3 - Superveniência de fato excepcional e imprevisível, inclusive ocorrência de chuvas, estranho à vontade das partes que altere fundamentalmente as condições de execução;

4 - Aumento e/ou diminuição dos serviços, previstos na Planilha de Quantitativos e Preços, devendo a prorrogação e/ou antecipação do prazo ser proporcional à variação dos serviços;

5 - Impedimento da execução do contrato, por fato ou ato de terceiros, reconhecido pelo CONTRATANTE, em documento contemporâneo à sua ocorrência.

6 - Alteração do projeto e/ou das especificações técnicas feitas pelo CONTRATANTE.

7 - Toda alteração de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pelo CONTRATANTE, na forma determinada pelo Art. 57 da Lei 8.666/93.

8 - A vigência do presente Contrato será até **31.12.2015**. Este prazo poderá ser alterado nos casos previstos em lei.



CLÁUSULA OITAVA - Da Dotação

Os recursos para execução das obras objeto deste Contrato correrão à conta da seguinte dotação:

CLÁUSULA NONA - Da Paralisação

1 - A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB por conveniência administrativa ou técnica, se reserva o direito de paralisar, a qualquer tempo, a execução dos serviços, cientificando devidamente a CONTRATADA, por escrito de tal decisão.

2 - Se a CONTRATADA, por circunstância de força maior for impedida de cumprir, total ou parcialmente, o Contrato deverá comunicar o fato imediatamente ao CONTRATANTE, por escrito.

3 - Entende-se por circunstância de força maior o definido no sub-item 2.1.1 da Cláusula Sétima.

4 - Caso as paralisações referidas nos itens anteriores, ocorram uma ou mais vezes e perdurarem por 10 (dez) dias ou mais, a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB poderá suspender o contrato, pelo período necessário à solução do impasse

5 - Se a suspensão injustificada do contrato perdurar por 30 (trinta) dias, qualquer das partes poderá solicitar a rescisão do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - Das Obrigações da Contratada

1 - Constituem obrigações da contratada:

a) Executar com pericia os serviços contratados, obedecendo aos projetos, especificações técnicas, instruções adotadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB e determinações por escrito da fiscalização;

b) Assegurar durante a execução das obras, a proteção e conservação dos serviços executados, bem como, fazer a sinalização e manter a vigilância necessária à segurança de pessoas e dos bens móveis e imóveis;

c) Executar imediatamente os reparos que se fizerem necessários aos serviços de sua responsabilidade ou pagar em dobro os custos destes serviços, devidamente

atualizados, se o CONTRATANTE os fizer, independentemente das penalidades cabíveis;

d) Adquirir e manter permanentemente no escritório das obras, um LIVRO DE OCORRÊNCIAS, autenticado pelo CONTRATANTE, no qual a Fiscalização e a CONTRATADA anotarão todas e quaisquer ocorrências que mereçam registro, devendo ser entregue à PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB, quando da medição final e entrega das obras;

e) Retirar das obras qualquer pessoa julgada inconveniente pela Fiscalização;

f) Fica obrigado o Responsável Técnico fazer pelo menos uma visita semanal à obra, fato este que deverá ser registrado no Livro de Ocorrência, devidamente assinado pelo mesmo e pelo Fiscal da obra, por ocasião da visita.

g) Manter durante a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

h) Manter à frente dos serviços, pessoal habilitado, obedecendo as normas de segurança do trabalho, bem como todos os equipamentos necessários a execução dos serviços;

i) Permitir ou facilitar a fiscalização, inspeção ao local das obras, em qualquer dia e hora, devendo prestar todos os esclarecimentos solicitados;

j) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

l) Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou de dolo na execução do contrato;

m) Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou qualquer outro não previsto neste Contrato, resultante da execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da Rescisão do Contrato

1 - O Contrato poderá ser rescindido amigavelmente, a critério do **CONTRATANTE**, por acordo entre as partes, ou por razões de ordem administrativa;

2 - O **CONTRATANTE** poderá rescindir unilateralmente o Contrato de pleno direito, independente de qualquer interposição judicial ou extrajudicial e do pagamento de qualquer indenização pelos seguintes motivos:

a) o não cumprimento, o cumprimento irregular ou lento, das cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos estabelecidos;



- b) o atraso injustificado no início da obra;
- c) a paralisação da obra, sem justa causa e prévia comunicação à **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB**;
- d) a sub-contratação, total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação;
- e) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- f) o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/93;
- g) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- h) a dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- i) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- j) razões de interesse público, observadas as disposições da Lei nº 8.666/93.

3 - Decretada a rescisão contratual, pelos motivos acima, a **CONTRATADA** além da perda da caução de execução em favor do **CONTRATANTE**, ficará sujeita a aplicação das sanções previstas na Cláusula Décima Segunda e demais cominações legais aplicáveis à espécie, com exceção do caso previsto na letra "j" do item precedente.

4 - Pelo não cumprimento das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos, acarretará à **CONTRATADA**, as seguintes consequências, sem prejuízo de quaisquer sanções previstas:

- a) suspensão imediata pelo **CONTRATANTE** dos trabalhos no estado em que se encontram;
- b) Execução de garantia contratual, para ressarcimento dos prejuízos causados ao **CONTRATANTE**;
- c) Retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados ao **CONTRATANTE** e não cobertos pela garantia contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Das Penalidades

1 - À recusa injusta da **CONTRATADA** em cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais serão aplicadas as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 1%(um por cento) sobre o valor da proposta;
- c) Suspensão temporária da participação em licitação e/ou impedimentos de contratar com o **CONTRATANTE**, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, com a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, emitida pela Secretaria de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Itaporanga-PB, enquanto perdurarem os motivos da punição.
- e) Por atraso na conclusão das diversas etapas de serviços fixados no cronograma físico, será aplicada multa diária na etapa que apresentar maior atraso, calculada pela fórmula a seguir:

$$M = V/(100.P) \text{ onde}$$

M = Multa em Reais
V = valor da etapa, na época da infração, em Reais
P = Prazo da etapa em meses

2 - A conclusão de uma ou mais etapas, antes do prazo previsto no cronograma, não isentará a contratada de multa por atraso em outras.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Do Reajustamento

1 - Os valores da proposta não serão reajustados, exceto para os casos previstos em Lei. Na hipótese de reajustamento, seja para mais ou para menos, conforme a variação do Índice Nacional de Custo da Construção Civil, da coluna 35, da Fundação Getúlio Vargas, publicada na revista Conjuntura Econômica, será utilizada a seguinte fórmula:

$$R = V \times \frac{I - I_0}{I_0} = \text{onde:}$$

R - Valor do reajustamento calculado;
V - Valor contratual das obras ou serviços a serem reajustados;
I - Índice (INCCC) da coluna 35 da FGV, correspondente ao mês de aniversário do orçamento básico;
I₀ - Índice (INCCC) da coluna 35 da FGV, correspondente ao mês de referência do orçamento básico.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Recebimento das Obras e Serviços

1 - Após a conclusão dos serviços, a **CONTRATADA** mediante requerimento ao Gestor da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB**, poderá solicitar o recebimento dos mesmos.

2 - Os serviços concluídos, poderão ser recebidos PROVISORIAMENTE, à critério do CONTRATANTE pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado.

3 - Para o recebimento DEFINITIVO dos serviços, o Gestor designará uma Comissão composta pelo menos de 03 (três) Técnicos, que vistoriará os serviços e emitirá TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO CIRCUNSTANCIADO, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

4 - A CONTRATADA deverá apresentar o Projeto como construído (As Built), utilizando as especificações do SINAPI (ou similar) para a elaboração do referido projeto, bem como o Manual de Manutenção e Conservação da Obra, sendo estas exigências indispensáveis para a efetiva emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

5 - O Termo de Recebimento Definitivo das obras e serviços, não isenta a CONTRATADA das responsabilidades e cominações legais previstas no Código Civil Brasileiro.

6 - Após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, a garantia prestada pela CONTRATADA será liberada e se em dinheiro, corrigida monetariamente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Das Disposições Gerais

1 - A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por si ou por seus representantes, na execução dos serviços contratados, isentando a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB de todas e quaisquer reclamações que possam surgir decorrentes de acidentes, mortes, perdas ou destruições.

2 - Nos preços unitários propostos, deverão estar incluídos todos os custos de materiais, transportes, cargas, descargas, sinalização, mão-de-obra, tributos, leis sociais, lucros e quaisquer outros encargos que incidam sobre os serviços previstos, ou não, neste Contrato. Deverá estar incluso nos preços unitários, qualquer incidência na mão de obra decorrente do prazo de entrega da obra.

3 - Quaisquer instruções, alterações, liberações e demais providências que a fiscalização julgar necessária para melhor desempenho da firma e andamento das obras, deverá ser registrada no livro de ocorrência, não cabendo a CONTRATADA nenhuma reclamação decorrente de entendimentos verbais.

4 - Na contagem dos prazos aqui estabelecidos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.

5 - A CONTRATADA sujeita-se integralmente, aos termos do presente Contrato objeto da Licitação do Edital da Tomada de Preço nº 019/2015.

6 - Os casos omissos neste Contrato serão regulados em observância a Lei nº 8.666/93 e demais legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Do Foro

Para dirimir as questões decorrentes deste Contrato as partes elegem o foro da Cidade e Comarca de Itaporanga-PB.

E por assim estarem as partes de pleno acordo, assinam o presente Termo de Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, o que fazem na presença das testemunhas abaixo nomeadas, que também o assinam.

Itaporanga-PB, ____ de _____ de _____.

MUNICÍPIO DE ITAPORANGA
CONTRATANTE

Prefeito

EMPRESA _____
CONTRATADA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:



ANEXO 2

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB

TOMADA DE PREÇOS Nº 019/2015

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO EM 03 (TRÊS) PRAÇAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA-PB

_____(*nome da empresa*)_____, CNPJ-MF n.º _____, sediada _____(*endereço completo*)_____, tendo examinado o Edital, vem declarar que:

- a) declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, assim como que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) declara, sob as penas da lei, que não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não executando, ainda, qualquer trabalho com menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
- c) temos conhecimento do local onde serão executadas as obras;
- d) aceitamos todas as condições impostas pelo Edital e seus anexos.

_____(*localidade*)_____, em ____ de ____ de _____ .

_____(*assinatura*)_____
(nome por extenso)
(cargo)



ANEXO 3

CARTA PROPOSTA DA LICITANTE

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB
TOMADA DE PREÇO Nº 019/2015

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO EM 03 (TRÊS) PRAÇAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA-PB

_____(*nome da empresa*)____, CNPJ-MF n.º _____, sediada _____(*endereço completo*)____, tendo examinado o Edital, vem apresentar a proposta para execução dos serviços nele referidos, no valor de R\$.____(____).

Outrossim, declara que:

- a) esta proposta compreende todas as despesas com mão-de-obra (inclusive leis sociais), materiais, ferramentas, transportes, equipamentos, seguros, impostos e demais encargos necessários à perfeita execução de toda a obra;
- b) concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias, contado da data final prevista para sua entrega;
- c) Que os serviços serão executados no prazo de _____ (____) dias, a contar da emissão da ordem de serviço.

Até que o contrato seja assinado, esta proposta constituirá um compromisso de nossa parte, observadas as condições do Edital.

_____(*localidade*)____, em ____ de ____ de _____.

_____(*assinatura*)____
_____(*nome por extenso*)____
_____(*cargo*)____



ANEXO 4

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB
TOMADA DE PREÇO Nº 019/2015

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS DE
REVITALIZAÇÃO EM 03 (TRÊS) PRAÇAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE
ITAPORANGA-PB**

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA

_____ empresário ou sócios da empresa,
_____, com sede na _____ (endereço
completo) _____, em constituição nessa
Junta Comercial, declara(m) para os devidos fins e sob as penas da Lei, que a
receita bruta anual da empresa não excedeu, no ano anterior, ao limite fixado no
inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e que
não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do
art. 3º da mencionada lei.

Em atendimento as disposições da Lei Complementar 123/06, a microempresa
adotará em seu nome empresarial a expressão ME.

_____(localidade)____, em ____ de ____ de ____ .

_____(assinatura)____
_____(nome por extenso)____
_____(cargo)____



ANEXO 5

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB
TOMADA DE PREÇO Nº 019/2015

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS DE
REVITALIZAÇÃO EM 03 (TRÊS) PRAÇAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE
ITAPORANGA-PB**

DECLARAÇÃO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

_____ empresário ou sócios da empresa de pequeno porte, _____, com sede na _____ (endereço completo) _____, em constituição nessa Junta Comercial, declara(m) para os devidos fins e sob as penas da Lei, que a receita bruta anual não excedeu, no ano anterior, ao limite fixado no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

Em atendimento as disposições da Lei Complementar 123/2006, a empresa de pequeno porte adotará em seu nome empresarial a expressão EPP.

_____(localidade)____, em ____ de ____ de ____.

_____(assinatura)____
_____(nome por extenso)____
_____(cargo)____



AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2015
TOMADA DE PREÇO Nº 019/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO EM 03 (TRÊS) PRAÇAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA-PB.

Data da Abertura: 27/05/2015 às 09h00min (horário local)

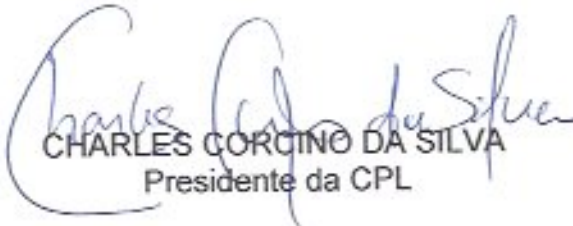
Local: CPL – Comissão Permanente de Licitação
Rua Salomé Pedrosa, 34, Bairro Centro (ao lado da prefeitura)
Itaporanga-PB – Cep: 58.780-000

Legislação Aplicável: Lei Federal nº 8.666/93

Fonte de Recurso: Ministério do Turismo
Contrato de Repasse nº 1011633/2015
R\$ 424.052,17

Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos no prédio sede da CPL – Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Itaporanga-PB, na Rua Salomé Pedrosa, 34, Bairro Centro, na Sede do Município.

Itaporanga-PB, 08 de Maio de 2015.



CHARLES CORCINO DA SILVA
Presidente da CPL

[Imprimir Recibo](#)[Página Principal](#)Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 11/05/2015 15:48:06**Origem:** Prefeitura Municipal de Itaporanga**Operador:** RODRIGO SANTOS TEU**Ofício:** 3493365**Data prevista de publicação:** 12/05/2015**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 3**Forma de pagamento:** Boleto Avulso

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Seqüencial	Arquivo(s)	Matérias		Valor
		MDS	Tamanho (cm)	
8087985	AVISO UNIAO.rtf	32b9d37170df661 2c04166a6d270263	6,00	
Total da matéria			6,00	R\$ 182,22
TOTAL DO OFICIO			6,00	R\$ 182,22
CRÉDITOS UTILIZADOS				R\$ 182,22
TOTAL A PAGAR				R\$ 0,00

Imprimir Boleto

Recibo do Sacado

BANCO DO BRASIL | **001-9** | **00198.41808 50000.000005 03493.365211 1 6445000000000000**

Cedente		Código do Cedente		Especie		Quantidade		Nome número	
PR - Imprensa Nacional		1607-1 / 65573000-X		R\$		0001		00000000003493365	
Número do documento		CPF/CNPJ		Vencimento		Valor documento			
4		04.196.6450001-00		31/05/2015		0,00			
(-) Desconto / Abatimento		(-) Outras deduções		(-) Mora / Multa		(-) Outros acréscimos		(-) Valor cobrado	

Sacado
 Prefeitura Municipal de Itaporanga
 Praça João Pessoa, nº 32, Itaporanga - PB, Centro
 Itaporanga, PB - CEP: 68780-000

Instruções

Autenticação mecânica

A publicação deste material(s) está condicionada à compra nação bancária deste documento, com previsão de publicação de, no mínimo, dois dias úteis após o pagamento.
 Após vencimento, este boleto perde a validade.

Referente a publicação do ofício 3493365 enviado em 11/05/2015

Valor do Ofício 3493365: R\$ 182,22

Crédito Utilizado Para Abatimento 296962: R\$ 182,22

Valor a ser pago: R\$ 0,00

Com a validação mecânica

BANCO DO BRASIL | **001-9** | **00198.41808 50000.000005 03493.365211 1 6445000000000000**

Local de pagamento		Vencimento	
Pagável em qualquer Banco até o vencimento		31/05/2015	
Cedente		Agência/Código cedente	
PR - Imprensa Nacional		1607-1 / 65573000-X	
Data do documento	Nº documento	Especie doc.	Assete
11/05/2015	4	ND	N
Data process.	Valor Documento		
11/06/2016	0,00		
Tipo do Banco / Corrente	Carreira	Especie	Quantidade
33804/841805	18 / 124	R\$	0001
Valor Documento			
0,00			
Instruções			
Após vencimento, este boleto perde a validade.			
(-) Desconto / Abatimento		0,00	
(-) Outras deduções			

Referente a publicação do ofício 3493385 enviado em 11/05/2016
Valor do Ofício 3493386: R\$ 182,22
Crédito Utilizado Para Abatimento 298062: R\$ 182,22
Valor a ser pago: R\$ 0,00

(+) Nota / Multa

(+) Outros abatimentos

(-) Valor cobrado

Sacado

Prefeitura Municipal de Itaporanga
Praça João Pessoa, nº 32, Itaporanga - PB, Centro
Itaporanga, PB - CEP: 58780-000

Cód. banc.

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação

Sacador Avalista



Copie na linha pontilhada

Continuar



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA

AVISO TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2015

Abertura de vistas e de contra-rapões tomada de preços nº 0002/2015

A presidente da Comissão Permanente de Licitação desta Prefeitura que a empresa CONSTRUTORA E SERVIÇOS ENCLUI SIVA LTDA - ME apresentou recurso contra o seu habilitação no processo licitatório acima mencionado. Fica, portanto, aberta vistas e a apresentação de contra-rapões no processo licitatório acima citado. Informações no horário das 08:00horas às 12:00horas dos dias úteis, no endereço mencionado. Telefone: (85) 3361 1388. Email: opeesperanca@gmail.com

Esperança-PI, 11 de maio de 2015. ANA PAULA DINIZ BARROSA ALVES

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARABIRA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATOS

PREGÃO PRESENCIAL 33.2015

OBJETO: Aquisição parcelada de Materiais Médicos hospitalares para atendimento às Unidades Básicas de Saúde e outros. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 0013/2015. DOTAÇÃO: RECURSOS PRÓPRIOS / PROGRAMAS FEDERAIS / OUTROS Detachado consignado no orçamento 2015 1.390.3040 - Material de Consumo 3.3.90.52.01 - Material, item ou Serviço p/contratação (valor) 4.4.90.52.01 - Equipamentos e Material Permanente. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2015. PARTES CONTRATANTES: Fundo Municipal de Saúde da Guarabira - CT Nº 00220/2015 - 08.04.15 - ANGEU CENTER COMERCIAL DE PROD. HOSPITALARES E MED. LTDA - RS 75.735,06; CT Nº 00221/2015 - 08.04.15 - CIRUFARMA COMERCIAL LTDA - RS 28.700,80; CT Nº 00222/2015 - 08.04.15 - CIRURGICA MONTEBELLLO LTDA - RS 45.665,00; CT Nº 00223/2015 - 08.04.15 - CRM COMERCIAL LTDA - RS 34.766,68; CT Nº 00224/2015 - 08.04.15 - DENTALMED COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - RS 36.839,50; CT Nº 00225/2015 - 08.04.15 - DISMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS DO NORDESTE LTDA - RS 2.435,52; CT Nº 00226/2015 - 08.04.15 - DROGAFONTE LTDA - RS 1.670,00; CT Nº 00227/2015 - 08.04.15 - FARMAGLIEDES COM. DE PROD. FARMAC. MED. E HIGIENIZANTES LTDA - RS 125.430,39; CT Nº 00228/2015 - 08.04.15 - MEDICAL MERCANTIL DE APARELHAGEM MÉDICA LTDA - RS 7.308,80; CT Nº 00229/2015 - 08.04.15 - MEGAMED COMERCIO LTDA - RS 22.740,96; CT Nº 00230/2015 - 08.04.15 - PAROBAMA COM. DE PRODUTOS MED. E FARMACÊUTICOS LTDA - RS 272.446,38; CT Nº 00231/2015 - 08.04.15 - PONTUAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - RS 113.327,60; CT Nº 00232/2015 - 08.04.15 - W FRIEPE DA SILVA - RS 24.099,00.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 002/2015

O GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARABIRA - ESTADO DA PARAÍBA, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR o Processo Licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇOS, tipo MENOR PREÇO, de nº 0002/2015, fundamentado no Relatório e Parecer Final do CPE e Parecer da Assessoria Jurídica, ambos datados de 08 e 10/05/2015, respectivamente, no valor total de R\$ 989.883,10. (Novecentos e Oitenta e Nove Mil Oitocentos e Oitenta e Três Reais e Vinte Centavos), em favor da empresa PLANTEI PLANTAMENTO PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA DPP - inscrita no CNPJ nº 09.065.654/0001-78, que tem como objetivo, a contratação de empresa do ramo portaria para Ampliação do Complexo Neurofisiológico Maria Moura de Aquino, localizada no Rua Prefeito Manoel Landi, s/n - Centro - Guarabira/PB. Regime de execução consignada por preço unitário, tipo menor preço global. Fica a empresa vencedora do certame convocada para a assinatura do instrumento de contrato no mesmo local do instrumento convocatório da referida licitação. PUBLICAR SE PÁRA SIA FPM/CA/PA.

Guarabira, 11 de maio de 2015. WELLINGTON ANTONIO RODRIGUES DE OLIVEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 19/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2015 TOMADA DE PREÇO Nº 019/2015 OBJETO: SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO DAS PRAÇAS JOÃO PESSOA, FRIE MARTINHO E PRAÇA DO CENTENÁRIO NA SEDE DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA - PI. Fonte de Recursos: Ministério do Turismo Data da Abertura: 27/05/2015 às 08:00 (horário local) Local: CPE - Comissão Permanente de Licitação, Rua Salomé Pó deusa, 34, Bairro Centro (no lado da prefeitura), Itaporanga-PI Legislação Aplicável: Lei Federal nº 8.666/93

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/estados/brasil>, pelo código 0002015051200229

Valor Global R\$: 424.052,17 (Quatrocentos e Vinte e quatro Mil Quingentos e Dois Reais e Dezesseis Centavos). Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos no próprio sede do CPE. - Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Itaporanga-PI, na Rua Salomé Pó deusa, 34, Bairro Centro, na Sede do Município.

Itaporanga-PI, 11 de maio de 2015. CHARLES COELHO DA SILVA Presidente do CPE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO SOCIAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Epécie: SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE OPE-RAÇÃO NO PROGRAMA DE SUBSIDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - PSH E OUTROS AJUSTES, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA E O BANCO INDUS-TRIAL E COMERCIAL S/A - BC BANCO FIRMADO EM 26/03/2009

Partes: Município de João Pessoa e o Banco Industrial e Comercial S/A - BICIANCO. Objeto: Do saldo remanescente do Convênio, no valor de R\$ 487.819,84 (quatrocentos e oitenta e sete mil, oitocentos e dezesseis reais e oitenta e quatro centavos), será distribuído R\$ 181.304,24 (cento e oitenta e um mil, trezentos e quatro reais e vinte e quatro centavos) para execução de serviços de infraestrutura na Comunidade Riachão e R\$ 302.400,00 (trezentos e dois mil e quarenta e dois) para construção de 28 unidades habitacionais em diversos bairros no município de João Pessoa. O restante do saldo remanescente, no valor de R\$ 4.115,60 (quatro mil, cento e quinze reais e quinze centavos), seguirá à correção, será devolvido à Prefeitura Municipal de João Pessoa. Data de assinatura: 06/05/2015. Observações: Passagens realizadas em datas condições contratuais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS DE FOGO

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Termo de contrato nº 034/2015, partes: Prefeitura de Pedras de Fogo/PB e FEVERALDO DA SILVEIRA DA SILVA-ME; valor: R\$ 1.437.353,50; objeto: aquisição de combustíveis (gasolina comum, etanol e óleo diesel), graxa lubrificante, filtros de ar, filtros de lubrificantes, filtros de combustível, óleos lubrificantes e fluidos para freios destinados à frota de veículos locais ou pertencentes ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Pedras de Fogo, para atender as necessidades das diversas secretarias municipais. Pregão Presencial nº 001/2015; fundamntação: lei federal nº 8.666/93, alterada a Lei nº 10.520/02, grupo contábil: 46 11 de dezembro de 2015; assinatura: Devolvido Rascão das Notas e Devolvido da Silveira da Silva.

AVISOS DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015

O credenciado Pregão Presencial do Município de Pedras de Fogo/PB, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em decorrência do disposto no processo de licitação fundamentado no termo inscrito da Lei Federal Nº 10.520/02, e subadjudicatado, com a Lei Nº 8.666/93, alterada e, ainda, com base no Parecer de Consultoria Jurídica, HOMOLOGA o procedimento licitatório Pregão Presencial nº 0010/2015, destinado à aquisição de combustíveis (gasolina comum, etanol e óleo diesel), graxa lubrificante, filtros de ar, filtros de lubrificantes, filtros de combustível, óleos lubrificantes e fluidos para freios destinados à frota de veículos locais ou pertencentes ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Pedras de Fogo, para atender as necessidades das diversas secretarias municipais, que teve como vencedor o Licitante: FEVERALDO DA SILVEIRA DA SILVA-ME - valor: R\$ 1.437.353,50. Ficando desde já convocada a vencedora a comparecer para assinatura do contrato.

Pedras de Fogo-PB, 24 de abril de 2015.

TOMADA DE PREÇOS Nº 12015

A Prefeitura Municipal de Pedras de Fogo, Estado da Paraíba, representado pelo Srº DERIVALDO RÔMÃO DOS SANTOS, no uso das prerrogativas legais a ele deferidas e em observância às suas atribuições como gestor do patrimônio e das despesas públicas, homologa o termo da Comissão Permanente de Licitação, no processo nº 029/2015, ao credenciado Tomada de Preço - TP nº 001/2015, em conformidade com o parecer final da Comissão e do Procurador Jurídico, devendo a administração proceder com a contratação de licitante vencedor, para contratação de empresa capacitada no fornecimento de material e equipamento de informática para atender as necessidades das secretarias municipais de administração, infraestrutura, agricultura e meio ambiente, fidejussão, planejamento e gestão, educação, cultura e desportos e unidades ocultas da rede municipal de ensino do município, pelo tipo menor preço por item, conforme anexo do Edital Convocatório. No mesmo ato adjuca-se em favor do FINEZ COMERCIAL DE PRODUTOS LTDA-ME, empresa inscrita no CNPJ: 19.292.667/0001-33, o valor de R\$ 76.167,36 (setenta e seis mil cento e sessenta e sete reais e trinta e seis centavos).

Pedras de Fogo, 11 de maio de 2015. DERIVALDO RÔMÃO DOS SANTOS Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE PICUÍ

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 00017/2015

Epécie: Ata nº 04 - Registro de Preços do Pregão Presencial nº 00017/2015, Processo Administrativo nº 1502309/P00017. Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA ESPECIALIZADA, DE FORMA PARCELADA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA. Empresa vencedora: PONTUAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ nº 10.594.743/0001-67. Item(s): 4 - 6 - 11 - 12 - 14 - 25 - 26 - 28 - 34 - 35 - 39 - 40 - 41 - 42 - 43 - 44 - 56 - 58 - 63 - 70 - 71 - 97 - 98 - 106 - 119 - 123 - 124 - 136 - 137 - 140 - 151 - 154 - 155 - 158 - 159 - 160 - 176 - 189 - 199 - 204 - 206 - 210 - 211 - 215 - 217 - 219 - 220 - 235 - 236 - 237 - 244 - 284 - 286 - 290 - 291 - 321. Valor: R\$ 86.767,20. Vigência: 06/05/2015 a 06/05/2016. Data da Assinatura: 06/05/2015. Atos disponíveis no endereço eletrônico: <http://picui.pb.gov.br/transparentia>

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATA

RESULTADO DE HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 32015

A Prefeitura Municipal de Prata, através de sua CPE, torna público aos licitantes interessados, o resultado da fase de julgamento dos Documentos de Habilitação da Tomada de Preços nº 003/2015, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA, NO MUNICÍPIO DE PRATA - PI, como segue: EMPRESAS INABILITADAS: MARCOS ANTONIO CORDEIRO FERREI - Melhor não atender ao disposto dos itens: 4.6.3.2, 4.6.4.3, 4.6.4.4, 4.6.5, 4.6.6, 4.6.7, 4.6.8, 4.6.9, 4.6.10, 4.6.11, 4.6.13 e 4.6.14 - SÃO JOSÉ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, por não atender ao disposto dos itens: 4.6.1, 4.6.3, 4.6.3.2, 4.6.4.3, 4.6.4.4, 4.6.5, 4.6.6, 4.6.7, 4.6.8, 4.6.9, 4.6.10, 4.6.11, 4.6.13 e 4.6.14 - SERRA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, por não atender ao disposto dos itens: 4.6.3, 4.6.3.2, 4.6.4, 4.6.4.4, 4.6.5, 4.6.6, 4.6.7, 4.6.8, 4.6.9, 4.6.10, 4.6.11, 4.6.13 e 4.6.14 - EJ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, por não atender ao disposto dos itens: 4.6.2, 4.6.2, 4.6.3, 4.6.3.2, 4.6.4, 4.6.4.4, 4.6.5, 4.6.6, 4.6.7, 4.6.8, 4.6.9, 4.6.10, 4.6.11, 4.6.13 e 4.6.14 - CONSTRUTORA CONSTRUPAN LTDA - ME, por não atender ao disposto dos itens: 4.6.1, 4.6.1, 4.6.2, 4.6.2, 4.6.3, 4.6.3, 4.6.4, 4.6.4, 4.6.4.4, 4.6.5, 4.6.6, 4.6.7, 4.6.8, 4.6.9, 4.6.10, 4.6.11, 4.6.13 e 4.6.14, EMPRESAS HABILITADAS: Não houve. As razões que resultaram na inabilitação das empresas apresentacionadas, encontram-se a disposição nos autos do processo licitatório que originou a Tomada de Preços em apreço. Nos termos do art. 109, I, da Lei Federal 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para interposição de recursos administrativos. Outras informações pelo Telefone: (83) 3390-1109.

RESULTADO DE HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 42015

A Prefeitura Municipal de Prata, através de sua CPE, torna público aos licitantes interessados, o resultado da fase de julgamento dos Documentos de Habilitação da Tomada de Preços nº 004/2015, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS, NO MUNICÍPIO DE PRATA - PI, como segue: EMPRESAS INABILITADAS: MARCOS ANTONIO CORDEIRO FERREI - Melhor não atender ao disposto dos itens: 4.6.3.2, 4.6.4.3, 4.6.4.4, 4.6.5, 4.6.6, 4.6.7, 4.6.8, 4.6.9 e 4.6.14 - SÃO JOSÉ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, por não atender ao disposto dos itens: 4.6.2, 4.6.3, 4.6.3.2, 4.6.4.3, 4.6.4.4, 4.6.5, 4.6.6, 4.6.7, 4.6.8, 4.6.9, 4.6.10, 4.6.11, 4.6.13 e 4.6.14 - SERRA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, por não atender ao disposto dos itens: 4.6.1, 4.6.3, 4.6.3.2, 4.6.4.3, 4.6.4.4, 4.6.5, 4.6.6, 4.6.7, 4.6.8, 4.6.9, 4.6.10, 4.6.11, 4.6.13 e 4.6.14 - EJ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, por não atender ao disposto dos itens: 4.6.2, 4.6.2, 4.6.3, 4.6.3.2, 4.6.4, 4.6.4, 4.6.4.4, 4.6.5, 4.6.6, 4.6.7, 4.6.8, 4.6.9, 4.6.10, 4.6.11, 4.6.13 e 4.6.14, EMPRESAS HABILITADAS: Não houve. As razões que resultaram na inabilitação das empresas apresentacionadas, encontram-se a disposição nos autos do processo licitatório que originou a Tomada de Preços em apreço. Nos termos do art. 109, I, da Lei Federal 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para interposição de recursos administrativos. Outras informações pelo Telefone: (83) 3390-1109.

Prata-PI, 7 de maio de 2015. CRISTIANA DE FATIMA DA SILVA Presidente do CPE.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 12/05/2015 às 10:35:47 foi protocolizado o documento sob o Nº 29157/15 do Aviso da Licitação nº 00019/2015 referente ao exercício de 2015, referente a(o) Prefeitura Municipal de Itaporanga, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por Audiberg Alves de Carvalho.

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Itaporanga

Número da Licitação: 00019/2015

Modalidade: Tomada de Preço

Tipo do Objeto: Obras e Serviços de engenharia

Valor Estimado: R\$ 424.052,17

Objeto: SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO DAS PRAÇAS JOÃO PESSOA, FREI MARTINHO E PRAÇA DO CENTENÁRIO NA SEDE DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA - PB.

Data do Ato: 12/05/2015

Data e Hora do Certame: 27/05/2015 08:00

Local do Certame: R. Salomé Pedrosa, 32, Centro, Itaporanga - PB.

João Pessoa, 12 de Maio de 2015



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB

**GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO**

OBJETO: Contratação de empresa especializada no ramo da construção civil, para realização dos serviços de pavimentação em paralelepípedos nas ruas: Padre João Suassuna, Projetada I, Projetada II, projetada III, presidente João Pessoa, Alves de Oliveira, Coronel José Peixoto, Projetada, Capitão João Pedro, Prefeito Antônio de Góes, Pedro Luiz Lacerda, João Batista Ferreira todas do município de Conceição - PB. SOB O CONTRATO DE REPASSE Nº 1006701-95 - MINISTÉRIO DAS CIDADES - MCIDADES/CAIXA. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 00002/2015. DOTAÇÃO: CONTRATO DE REPASSE Nº 1006701-95 – Ministério das Cidades - MCIDADES/CAIXA, e contrapartida do município de Conceição - 4490.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES. VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Conceição c/ CT Nº 00061/2015 - 11.05.15 - J. F. SILVA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELE - R\$ 732.554,31

Publicado por:
Ibrahim Soares Travassos
Código Identificador:6DB48B5E

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA**

**FUNPREVE -FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS
SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE ESPERANÇA
PORTARIA AP 21/2015**

O Presidente do Fundo de Previdência Social dos Servidores do Município de Esperança – FUNPREVE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Processo nº 009/2015.

RESOLVE

ART. 1º- CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS INTEGRAIS à servidora MARIA DA GUÍA DE LIMA FERREIRA, professora, matrícula 1198, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, de acordo com o disposto no art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional 41/03 e/c § 5º art. 40 da Constituição Federal, § 2º art. 67 da Lei Federal nº 11.301/2006 e o art. 16 § 1º da Lei Municipal nº 1.182.

ART. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de maio de 2015.

Art. 3º - Registre-se, publique-se.

Esperança, PB, 04 de maio de 2015.

JULIANO DOS SANTOS MARTINS SILVEIRA
Presidente do FUNPREVE

Publicado por:
Enio Silva Nascimento
Código Identificador:699B19B0

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2015
TOMADA DE PREÇO Nº 019/2015
OBJETO: SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO DAS PRAÇAS JOÃO PESSOA, FREI MARTINHO E PRAÇA DO CENTENÁRIO NA SEDE DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA – PB.
Fonte de Recursos: Ministério do Turismo
Data da Abertura: 27/05/2015 às 08:00 (horário local)

Local: CPL – Comissão Permanente de Licitação, Rua Salomé Pedrosa, 34, Bairro Centro (ao lado da prefeitura), Itaporanga-PB
Legislação Aplicável: Lei Federal nº 8.666/93
Valor Global R\$: 424.052,17 (Quatrocentos e Vinte e quatro Mil Cinquenta e Dois Reais e Dezesseite Centavos).
Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos no prédio sede da CPL.
– Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Itaporanga-PB, na Rua Salomé Pedrosa, 34, Bairro Centro, na Sede do Município.

Itaporanga-PB, 11 de maio de 2015.

CHARLES CORCINO DA SILVA
Presidente da CPL

Publicado por:
Rodrigo Teu
Código Identificador:60AF67E8

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2015
TOMADA DE PREÇO Nº 021/2015
OBJETO: CONSTRUÇÃO DE 2 (DOIS) CAMPOS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA – PB.
Fonte de Recursos: Ministério do Esporte
Data da Abertura: 29/05/2015 às 08:00 (horário local)
Local: CPL – Comissão Permanente de Licitação, Rua Salomé Pedrosa, 34, Bairro Centro (ao lado da prefeitura), Itaporanga-PB
Legislação Aplicável: Lei Federal nº 8.666/93
Valor Global R\$: 605.755,13 (Seiscentos e Cinco Mil Setecentos e Cinquenta e Cinco Reais e Treze Centavos).
Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos no prédio sede da CPL.
– Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Itaporanga-PB, na Rua Salomé Pedrosa, 34, Bairro Centro, na Sede do Município.

Itaporanga-PB, 12 de maio de 2015.

CHARLES CORCINO DA SILVA
Presidente da CPL

Publicado por:
Rodrigo Teu
Código Identificador:1788D9CA

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENTO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2015
TOMADA DE PREÇO Nº 017/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVO, DESTINADOS À CONSTRUÇÃO DE DOIS CAMPOS DE FUTEBOL NO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA – PB.

A Comissão Permanente de Licitação vem por meio desta, informar aos interessados que, a Tomada de Preço 017/2015, que seria realizada no 18/05/2015, fica CANCELADA por motivos superiores. Maiores informações na sala da Comissão Permanente de Licitação localizado na Rua Salomé Pedrosa, 34, Centro na cidade de Itaporanga-PB.

Itaporanga-PB, 12 de maio de 2015.

CHARLES CORCINO DA SILVA
Presidente da CPL

Publicado por:
Rodrigo Teu
Código Identificador:F60A4544

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/2015

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes, destinados ao abastecimento e/ou utilização em veículos oficiais e/ou à serviço via locação. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 011/2015. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Campina Grande/AMDE: 04.010.23.692.1006.2142; 04.010.23.694.1007.2145; 04.010.23.694.1007.2146; 04.010.11.334.1008.2147; 04.010.11.334.1008.2148; 04.010.11.334.1008.2149; 04.010.11.334.1008.2150; 04.010.04.122.2001.2151 - 33.90.30; VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2015 PARTES CONTRATANTES: Agência Municipal de Desenvolvimento e: CT/CPL Nº 005/2015 - 22.04.15 - NOBREGA COMBUSTÍVEIS LIMITADA - R\$ 53.540,00.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2015

OBJETO: Contratação de Empresa para o fornecimento de ferramentas e material de construção, conforme especificações anexo I do Edital. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 009/2015. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Campina Grande/AMDE: 04.010.23.692.1006.2142; 04.010.23.694.1007.2145; 04.010.23.694.1007.2146; 04.010.11.334.1008.2147; 04.010.11.334.1008.2148; 04.010.11.334.1008.2149; 04.010.11.334.1008.2150; 04.010.04.122.2001.2151 - 33.90.30; VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2015 PARTES CONTRATANTES: Agência Municipal de Desenvolvimento e: CT/CPL Nº 006/2015 - 22.04.15 - PRISMA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA - R\$ 105.536,05.

EXTRATOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
AGÊNCIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO - CG

EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 009/2015

OBJETO: Contratação de Empresa para o fornecimento de equipamentos e material de informática, conforme especificações anexo I do Edital. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 009/2015. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Campina Grande/AMDE: 04.010.23.692.1006.2142; 04.010.23.694.1007.2145; 04.010.23.694.1007.2146; 04.010.11.334.1008.2147; 04.010.11.334.1008.2148; 04.010.11.334.1008.2149; 04.010.11.334.1008.2150; 04.010.04.122.2001.2151 - 44.90.52.00; VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2015 PARTES CONTRATANTES: Agência Municipal de Desenvolvimento e: CT/CPL Nº 003/2015 - 01.04.15 - ÁGILE COMPUTADORES LTDA - ME - R\$ 42.633,20 - CT/CPL Nº 004/2015 - 01.04.15 - MULTIFORTE COMERCIO E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME - R\$ 45.780,00.

SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE

EXTRATO DE CONTRATO

INSTRUMENTO: Contrato Nº 2.14.016/2015. PARTES: Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente e JOSÉ RONYELLY ABRANTES SILVA, - ME. OBJETO É A AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES PRONTA "TIPO QUENTINHAS" PARA UTILIZAÇÃO NO EVENTO "O MAIOR SÃO JOÃO DO MUNDO - EDIÇÃO 2015", DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE, ESTADO DA PARAÍBA. VALOR: 79.900,00 (setenta e nove mil e noventa e cinco reais). VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do presente termo contratual. LICITAÇÃO: Pregão Nº 2.14.009/2015. FUNDAMENTAÇÃO: LEI FEDERAL Nº 8.666/93, e suas alterações posteriores. FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 18.452.1031.2134/3390.39000. SIGNATÁRIOS Geraldo Nobre Cavalcanti e José da Silva Neto. DATA DE ASSINATURA: 13 de maio de 2015.

GERALDO NOBRE CAVALCANTI
SECRETÁRIO DE SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

INSTRUMENTO: Contrato Nº 2.06.020/2015. PARTES: Secretaria Municipal de Educação E SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS DE CAMPINA GRANDE. OBJETO: FORNECIMENTO DE VALES-TRANSPORTE PARA OS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE, ESTADO DA PARAÍBA. VALOR: R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais). VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do presente termo contratual. LICITAÇÃO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2.06.003/2015. FUNDAMENTAÇÃO: LEI FEDERAL Nº 8.666/93, e suas alterações posteriores. FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.361.1016.2050/3390.39000. SIGNATÁRIOS: Iolanda Barbosa da Silva e José Anchieta Bernardino Gomes Filho. DATA DE ASSINATURA: 14 de maio de 2015.

IOLANDA BARBOSA DA SILVA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

EXTRATO DE CONTRATO

INSTRUMENTO: Contrato Nº 2.02.004/2015. PARTES: Secretaria Municipal de Finanças E O SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS DE CAMPINA GRANDE. OBJETO: OBJETO O FORNECIMENTO DE VALES-TRANSPORTE PARA OS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE, ESTADO DA PARAÍBA. VALOR: R\$ 950.000,00 (novecentos e sessenta mil reais). VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do presente termo contratual. LICITAÇÃO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2.02.002/2015. FUNDAMENTAÇÃO: LEI FEDERAL Nº 8.666/93, e suas alterações posteriores. FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 04.122.2001.2024/3390.39000. SIGNATÁRIOS: Joab Pacheco de Oliveira e José Anchieta Bernardino Gomes Filho. DATA DE ASSINATURA: 14 de maio de 2015.

JOAB PACHECO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIO DE FINANÇAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

INSTRUMENTO: Contrato Nº 2.06.020/2015. PARTES: Secretaria Municipal de Educação E JOSÉ WILSON SANTOS - ME. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR VISANDO GARANTIR AOS ALUNOS DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO O PLENO ACESSO A EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE, ESTADO DA PARAÍBA. VALOR: 140.780,50 (cento e quarenta mil setecentos e oitenta reais e cinquenta centavos). VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do presente termo contratual. LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 2.06.019/2015. FUNDAMENTAÇÃO: LEI FEDERAL Nº 8.666/93, e suas alterações posteriores. FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.361.1016.2050/3390.39000/GOVERNO FEDERAL. SIGNATÁRIOS: Iolanda Barbosa da Silva e José Wilson Santos. DATA DE ASSINATURA: 08 de maio de 2015.

IOLANDA BARBOSA DA SILVA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal
de Itaporanga

LICITAÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2015
TOMADA DE PREÇO Nº 021/2015

Objeto: CONSTRUÇÃO DE 2 (DOIS) CAMPOS DE FUTEBOL NA SEDE DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA - PB.

Data da Abertura: 29/05/2015 às 08:00 (horário local)

Local: CPL - Comissão Permanente de Licitação, Rua Salomé Pedrosa, 34, Bairro Centro (ao lado da Prefeitura), Itaporanga-PB - CEP: 58.780-000

Legislação Aplicável: Lei Federal nº 8.666/93

Fonte de Recurso: Ministério da Esporte

Valor Global: R\$ 605.755,13 (Seiscentos e Cinco Mil Seiscentos e Cinquenta e Cinco Reais e Treze Centavos).

Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos no prédio sede da CPL - Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Itaporanga-PB, na Rua Salomé Pedrosa, 34, Bairro Centro, na Sede do Município.

Itaporanga-PB, 12 de maio de 2015.

CHARLES CORCINO DA SILVA
Presidente da CPL

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2015
TOMADA DE PREÇO Nº 019/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO EM 03 (TRÊS) PRAÇAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA-PB.

Data da Abertura: 27/05/2015 às 08h00min (horário local)

Local: CPL - Comissão Permanente de Licitação

Rua Salomé Pedrosa, 34, Bairro Centro (ao lado da Prefeitura)

Itaporanga-PB - CEP: 58.780-000

Legislação Aplicável: Lei Federal nº 8.666/93

Fonte de Recurso: Ministério do Turismo

Valor Global: R\$ 424.052,17 (Quatrocentos e Vinte e Quatro Mil Cinquenta e Dois Reais e Dezesseis Centavos)

Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos no prédio sede da CPL - Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Itaporanga-PB, na Rua Salomé Pedrosa, 34, Bairro Centro, na Sede do Município.

Itaporanga-PB, 11 de Maio de 2015.

CHARLES CORCINO DA SILVA
Presidente da CPL

Prefeitura Municipal
de Cuité

LICITAÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITÉ

AVISO DE SUSPENSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 029/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, COMPUTADORES, AR CONDICIONADOS, GERADOR, MOBILIÁRIOS E OUTROS EQUIPAMENTOS DESTINADOS AO HOSPITAL E MATERNIDADE DE CUITÉ. O Pregoeiro da Prefeitura de Cuité comunica aos interessados que o Pregão Presencial nº 029/2015, está suspenso em virtude da inaplicação ao edital apresentado pela GE HEALTHCARE DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA. O Edital terá o aviso de licitação republicado com uma nova data para abertura de certame. Informações: segunda a sexta-feira, das 08h às 12h, Tel. 83-3372-2246/2447, e-mail licitacao.pnc@cuite.pb.gov.br

Cuité/PB, 13 de maio de 2015.

Bruce da Silva Santos
Pregoeiro Oficial